

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

EDITAL Nº 007/2020

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO ESF TEMPORÁRIO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

O Prefeito de Chopinzinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 089/2017, resolve: -TORNAR PÚBLICO

O presente que estabelece instruções para seleção de Médico ESF 40 horas Temporário, na época oportuna, respeitada a necessidade da Secretaria de Saúde e a ordem de classificação, será lavrado contrato administrativo de trabalho temporário, pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período. As atividades serão realizadas junto à Secretaria de Saúde, em suas unidades de atendimento, dentro do Programa Estratégia Saúde da Família, de segunda a sexta-feira, com carga horária semanal 40 (quarenta) horas, de acordo com a disponibilidade das vagas.

1. DOS REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA:

QUADRO 1 – MÉDICO ESF TEMPORÁRIO

Função	Médico ESF Temporário
Carga Horária	40 horas semanais.
Remuneração	Salário Base: R\$ 15.906,20, Adicional pelo exercício de atividade insalubre, de acordo com a legislação vigente e Auxílio alimentação no valor de R\$ 175,00.
Escolaridade Mínima	Graduação em Medicina e registro em conselho de classe (CRM)
Vagas	02 (duas) mais cadastro de reserva

2. CRONOGRAMA: Este Processo Seletivo será composto das seguintes fases:

Inscrições	Das 08:30 horas do dia 15 de janeiro de 2020 às 17:00 horas do dia 29 de janeiro de 2020.
Impressão de Comprovante de Inscrição	Imediato
Publicação da Classificação Provisória da Prova de Títulos	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br , na data provável de 31/01/2020.
Recursos da Classificação Provisória da Prova de Títulos	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação da Classificação Provisória
Publicação da Classificação Final da Prova de Títulos	Após análise conclusiva dos recursos, no site do Município e no DIOEMS
Recursos da Classificação Final Prova de Títulos	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação da Classificação final
Homologação do Resultado Final	Data provável de 18/02/2020
Convocação para Comprovação de Títulos/Contratação	Convocação via Edital, a ser publicado no Site do Município e no DIOEMS.

3. MEIO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL: A divulgação oficial do inteiro teor deste edital e dos demais editais relativos às etapas deste Processo Seletivo público, dar-se-á com a publicação no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, e no órgão de imprensa oficial do Município: <http://www.dioems.com.br>.

4. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas no período das 8:30 horas do dia 15 de janeiro de 2020 às 17 horas do dia 29 de janeiro de 2020, no site do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, através de link destinado à inscrição.

4.1 O candidato deverá se cadastrar no Sistema de Processo Seletivo Público para Médico ESF 40hs Temporário para realizar a inscrição.

4.2 A mera realização do cadastro no Sistema de Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 hs Temporário não implica em inscrição.

4.3 Para o cadastro poderá ser utilizado o número da Carteira de Identidade Civil (Registro Geral – RG) de qualquer Unidade da Federação – UF. Se utilizado RG do Paraná, o número deve ser incluído, obrigatoriamente, com dígito verificador.

4.4 O candidato estrangeiro deve ter RG emitido no Brasil para se cadastrar.

4.5 A inscrição será efetivada desde que não haja qualquer interrupção antes da finalização dos procedimentos.

4.6 O comprovante de inscrição poderá ser emitido após o encerramento da inscrição.

4.7 Após efetivar a inscrição, não será possível incluir ou alterar as informações. A inscrição poderá ser excluída e novamente realizada, durante o período de inscrição.

4.8 O candidato é responsável pelas informações fornecidas no momento da inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, civil e penal.

4.9 As informações gerais acerca do presente edital também são pertinentes aos candidatos afrodescendentes, objetivando não ferir o princípio de isonomia.

4.10 A participação no presente Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 horas Temporário está isenta do pagamento de taxa de inscrição.

4.11 As pessoas portadoras de necessidades especiais serão asseguradas 5% (cinco por cento) (art.3, § 1º da Lei Municipal nº 3.109/2013) das vagas na presente seleção e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização da prova.

4.12 Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo, provisórias ou condicionais.

4.13 A homologação da inscrição ficará vinculada à verificação do cumprimento integral dos requisitos exigidos para a mesma.

4.14 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5. DO PROCESSO SELETIVO: O Processo Seletivo Simplificado consistirá em Prova de Títulos referentes a Escolaridade, Aperfeiçoamento Profissional e Tempo de Serviço,

conforme disposto neste Edital.

5.1 A etapa de títulos será classificatória.

5.1.2 Será atribuída pontuação ao Aperfeiçoamento Profissional, conforme segue:

QUADRO 01 – MÉDICO ESF 40 HS TEMPORÁRIO

APERFEIÇOAMENTO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Mestrado e/ou Doutorado na área de Medicina	Diploma ou Ata de Defesa de Dissertação, devidamente homologada, de curso de pós graduação stricto sensu, em nível de mestrado, de acordo com as exigências legais específicas do período de realização do respectivo curso.	25 pontos	25 pontos
Pós Graduação/ Especialização na área específica em Saúde da Família	Diploma ou certificado de conclusão de curso de especialização em nível lato sensu, acompanhado de histórico escolar, emitido por Instituição de Ensino Superior, devidamente credenciada e que atendam ao disposto na resolução CNE/CES nº 01, de 08/06/2007	15 pontos	15 pontos
Cursos na área específica da inscrição (Saúde da Família) com no mínimo 40 horas por curso	Certificado de curso com carga horária mínima de 40 horas, realizados a partir de janeiro de 2015 até a data da publicação do presente Edital	07 pontos, podendo contar até 02 cursos	14 pontos
Congressos, Seminários, Simpósios ou Jornadas na área específica da função de inscrição (Saúde da Família), com no mínimo de 16 horas de duração por evento	Certificado de participação em Congressos, Seminários, Simpósios ou Jornadas, na área específica de inscrição (Saúde da Família), com no mínimo 16 horas de duração por evento, realizados a partir de janeiro de 2015 até a data da publicação do presente Edital	03 pontos por evento, podendo contar até 02 eventos	06 pontos

5.1.3 Os títulos informados no momento da inscrição deverão estar legalizados junto aos órgão competente e ser comprovados por meio de documentação oficial na data marcada para a comprovação de títulos, sob pena de ser excluído do certame.

Parágrafo único: Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação, mediante o preenchimento de formulário eletrônico, referente a Escolaridade, Aperfeiçoamento Profissional e Tempo de Serviço, nos termos estabelecidos no presente Edital.

5.1.4 Será pontuado o tempo de serviço, conforme segue:

TEMPO DE SERVIÇO	FORMA DE COMPROVAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional comprovada na área de Medicina	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas de identificação do empregado e do contrato de trabalho), ou contrato de trabalho (com início e fim) contrato de estágio e/ou declaração do empregador (com carimbo do CNPJ e carimbo de identificação do declarante) com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período.	10 pontos por ano, podendo contar 04	40 pontos

6. DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1 A classificação provisória será publicada nos meios oficiais, na data provável de 06 de fevereiro de 2020.

7 DO DESEMPATE

7.1 Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate processar-se-á com os seguintes critérios:

- no caso de candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, será utilizado o critério de maior idade;
- após a aplicação do critério acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá da seguinte maneira: b.1) maior idade, considerando-se o ano, mês e dia de nascimento;
- persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio, que será realizado junto ao auditório do Paço Municipal ou em outro local determinado pela Comissão Organizadora, com a presença dos candidatos interessados e dos membros da Comissão.

8 DOS RECURSOS: Serão admitidos recursos quanto:

- ao indeferimento/não processamento da inscrição;
- à classificação provisória, e
- à classificação final.

8.1 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação nos meios oficiais da decisão, e endereçado à Comissão Organizadora.

8.2 Os recursos deverão ser fundamentados e apresentados através do formulário disponível no link processo seletivo, constante no site oficial do Município.

8.3 O candidato deverá interpor 01 (um) recurso por questionamento apresentado, salvo quando o recurso envolver várias questões, situação em que bastará 01 (um) único recurso para questionar 01 (uma) ou várias questões.

8.4 Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, a qual emitirá parecer conclusivo.

8.5 A lista dos recursos deferido e indeferidos será publicada nos meios oficiais.

8.6 Não serão aceitas sobreposições de recursos, apresentados pelo mesmo candidato, com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovações ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo recursivo.

8.7 É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo Público.

8.8 Não serão conhecidos dos recursos interpostos fora do prazo, cujos dados solicitados não estejam devidamente preenchidos ou quando não contiverem fundamentação mínima.

8.9 A Comissão Organizadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão outros recursos administrativos.

8.10 As decisões proferidas nos recursos serão conhecidas coletivamente, através do site do Município (www.chopininho.pr.gov.br), link do Processo Seletivo.

9 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1 A classificação final se dará pela pontuação obtida na prova de títulos, em ordem decrescente.

9.2 Após a análise conclusiva dos recursos, a classificação final será publicada nos meios oficiais, na data provável de 12 de fevereiro de 2020.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 A inscrição no Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 hs Temporário implica, desde logo, a ciência e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações. Antes de efetuar a inscrição, é da responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes a este Processo Seletivo Público e certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício da função por ocasião da contratação, se aprovado e convocado.

10.2 O Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 hs Temporário, destina-se ao preenchimento de vagas para contratação temporária, destinadas à Secretaria Municipal de Saúde, em suas unidades de atendimento, dentro do Programa Estratégia Saúde da Família, de acordo com a disponibilidade das vagas.

10.3 O Município poderá convocar os candidatos classificados, conforme as necessidades decorrentes, respeitando o número de vagas existente. O Processo Seletivo e os contratos, se submetem a Lei Complementar Municipal nº 089/2017.

10.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este Processo Seletivo Público.

10.5 As despesas relativas à participação do candidato neste Processo Seletivo, em todas as etapas, correrão às expensas do próprio candidato.

10.6 Os candidatos habilitados serão convocados, gradualmente, de acordo com as necessidades da Município, obedecendo a ordem de classificação e as vagas existentes, para assinar contrato administrativo temporário. Caso a localização e condições a vaga para a qual o candidato foi convocado não atendam às suas expectativas e este não aceite a convocação, o referido candidato deverá optar pela desistência da vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação. O não comparecimento do candidato, quando da sua convocação, respeitado o prazo legal, implicará na desistência automática do mesmo.

10.7 A aprovação do candidato no Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 hs Temporário não implicará obrigatoriamente na sua investidura. A sua contratação dependerá da época conveniente oportuna, bem como das necessidades da Secretaria de Saúde e das disponibilidades orçamentárias.

10.8 A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

10.9 O contrato de trabalho terá duração de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, à critério da Secretaria de Saúde, mediante apresentação de justificativa.

10.11. DAS ATRIBUIÇÕES:

01. Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, demográficas e epidemiológicas.

02. Identificar os problemas de saúde prevalentes e situações de risco aos quais a população está exposta.

03. Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos determinantes do processo saúde/doença.

04. Prestar assistência integral, respondendo de forma contínua e racionalizada a demanda organizada ou espontânea, com ênfase nas ações de promoção a saúde.

05. Resolver, através da adequada utilização do sistema de referência e contra-referência, os principais problemas detectados.

06. Desenvolver processos educativos para a saúde, voltados a melhoria do auto cuidado dos indivíduos.

07. Promover ações intersetoriais para o enfrentamento dos problemas identificados.

08. Realizar visita domiciliar com a finalidade de monitorar a situação de saúde das famílias.

09. Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade.

10. Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança.

11. Oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária.

12. Empenhar-se em manter seus clientes saudáveis, quer venham as consultas ou não.

13. Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência.

14. Executar as ações de assistência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, a mulher, ao trabalhador, ao adulto e ao idoso, realizando também atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros.

15. Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável.

16. Discutir de forma permanente–junto à equipe de trabalho e comunidade – o conceito de cidadania, enfatizando os direitos a saúde e as bases legais que os legitimam.

17. Participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das unidades de Saúde da Família.

18. Executar outras tarefas correlatas ao cargo ou conforme necessidade e a critério do Diretor do Departamento de Assistência à Saúde e Secretário Municipal de Saúde.

19. Dirigir veículo oficial para locomoção para realizar trabalhos inerente a função.

10.13 DOS DEVERES: Os Contratados deverão desempenhar as atividades inerentes às funções com:

a) assiduidade;

b) pontualidade;

c) urbanidade;

d) discrição;

e) lealdade;

f) respeito às instituições constitucionais e administrativa a que servir;

g) observância das normas legais e regulamentares;

h) obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

i) levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;

j) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;

k) se apresentar decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

l) proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;

m) submeter-se a perícia médica quando determinado pela autoridade competente.

n) Respeitar o deveres, obrigações e proibições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Chopinzinho.

11 DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação do candidato para assumir a vaga, desde que aprovado neste Processo Seletivo público, está condicionada aos requisitos para o exercício da atividade, juntamente com os itens descritos abaixo, a serem comprovados no momento da convocação.

11.1.1 A falta de comprovação ou a constatação de falsidade de qualquer um dos requisitos especificados e daqueles que vierem a ser estabelecidos, impedirá a contratação, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo Público para Médico ESF 40 hs Temporário.

11.1.2 Ser brasileiro, de acordo com o que dispõe o art. 37, inc. I, da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal n.º 3.200/2013 e demais legislações específicas.

11.1.3 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da contratação.

11.1.4 Comprovar, por meio de documentos, as informações dadas no momento da inscrição.

11.1.5 Ter sido classificado no Processo Seletivo simplificado, na forma estabelecida neste Edital;

11.1.6 No caso de nacionalidade português, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de Direitos e Obrigações Cíveis Entre Brasileiro e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, inciso II, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436/72, de 18/04/1972;

11.1.7 Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função;

11.1.8 Não acumular cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal, apresentando declaração própria sobre essa condição.

11.1.9 Ter a situação regularizada perante o serviço militar, se do sexo masculino;

11.1.10 Ter situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;

11.1.11 Não ter sido condenado por sentença penal ou civil, já transitada em julgado, que leva à perda do cargo, se servidor;

11.1.12 Não ter sofrido nenhum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial nos últimos 05 (cinco) anos;

11.1.13 Não ser dependente de álcool ou substância entorpecente;

11.1.14 Não acumular proventos e vencimentos ou optar por vencimento se for servidor aposentado em órgão público.

11.2 Para a contratação e exercício da função o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

11.2.1 Carteira de Identidade – RG – (original e cópia)

11.2.2 Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal – CPF

11.2.3 Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (original e cópia);

11.2.4 Comprovante de endereço atual (original e cópia);

11.2.5 Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina, de que o candidato possui plenas condições física e mental para desempenhar a função para a qual se inscreveu, expedido nos últimos 30 dias.

11.2.6 Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se o candidato do sexo masculino (original e cópia);

11.2.7 Título de Eleitor (original e cópia);

11.2.8 Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

11.2.9 Certidão negativa de crimes eleitorais, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

11.2.10 Certidão negativa emitida por cartórios distribuidor, criminais do Fórum da(s) cidade(s) na(s) qual(ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias, devendo ser apresentado documento original;

11.2.11 Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Federal, impressa no

portal eletrônico: www.jf.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

11.2.12 Declaração por escrito com firma reconhecida em cartório, de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;

11.2.13 Uma fotografia 3x4 recente;

11.2.14 Declaração de que não é servidor público vinculado à Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo do Município de Chopinzinho e não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal. A declaração será disponibilizada quando da convocação por meio do site www.chopinzinho.pr.gov.br;

11.2.15 Que não participa de gerência ou de administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, nem mesmo ser proprietário de empresa classificada como MEI (Micro Empreendedor Individual)

11.2.16 Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado e do cônjuge, se for o caso;

11.2.17 Ficha Cadastral preenchida no momento da inscrição no site www.chopinzinho.pr.gov.br;

11.2.18 Documentação legal comprovando os quesitos registrados na inscrição;

11.2.19 Certidão de nascimento para os filhos menores de 14 anos

11.3 A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a contratação e/ou exercício da função ou a não apresentação dos documentos com probatórios declarados, bem como daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a contratação do candidato implicando sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

11.4 Verificada a falsidade dos documentos apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

11.5 Os candidatos classificados serão convocados para a comprovação dos títulos e a apresentação de documentos para a contratação, por Edital próprio, divulgado no site do município www.chopinzinho.pr.gov.br e no DIOEMS.

12 DA REMUNERAÇÃO

12.1 As remunerações estão previstas no Item 1, Quadros 01.

13 DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O Município de Chopinzinho não se responsabiliza por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de sistemas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato a sistema de inscrição no Processo Seletivo.

13.2 Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato em fase de avaliação será excluído do deste Processo Seletivo Público ou, se contratado, terá seu contrato rescindido, observada a ampla defesa e o contraditório.

13.3 Não serão fornecidos por telefone, pessoalmente ou por meio eletrônico, informações que constem neste edital.

13.4 É de exclusiva responsabilidade de o candidato inscrito acompanhar a publicação dos atos concernentes a este Processo Seletivo Público, divulgados no site www.chopinzinho.pr.gov.br e www.dioems.com.br e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo Seletivo Público.

13.5 Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que não se apresentar na unidade para a qual foi designado, na data de início da vigência do contrato.

13.6 Este Processo Seletivo Público terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

13.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

Álvaro Dênis Ceni Scolaro-Prefeito

Cod320632